



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Proposta de Lei 26/XVI/1.<sup>a</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2025

Proposta de Aditamento

TÍTULO VIII

Finanças regionais

Capítulo III

Outras disposições relevantes

Artigo 119.º-A (Novo)

Contratação dos oficiais de justiça para assegurar o funcionamento adequado dos tribunais e do Ministério Público na Região Autónoma da Madeira

1-Governo, através do Ministério da Justiça e em articulação com os tribunais da Região Autónoma da Madeira, com o Ministério Público e os sindicatos representativos dos funcionários judiciais, realiza, no primeiro trimestre de 2025, um levantamento das necessidades efetivas de oficiais de justiça na Região.

2- Durante o ano de 2025, o Governo, através do Ministério da Justiça desencadeia o procedimento concursal extraordinário para a contratação de oficiais de justiça em número adequado para dar resposta às necessidades de recursos humanos dos tribunais e do Ministério Público na Madeira.

Assembleia da República, 7 de novembro de 2024

Os Deputados,

Paula Santos, António Filipe, Alfredo Maia



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Nota justificativa:

Os oficiais de justiça desempenham uma função determinante no funcionamento dos tribunais e no garantir o acesso do cidadão à justiça.

A redução do número de recursos humanos tem particular incidência nos lugares de chefia, secretaria, escritvães e técnicos principais, diminuindo assim as perspetivas de progressão de carreira.

O congelamento das promoções e progressões, as alterações às regras de aposentação e ainda a deficiente ou inexistente formação são também preocupações destes trabalhadores essenciais para garantir o funcionamento dos tribunais.

Mais de 60% dos oficiais de justiça têm 50 ou mais anos e cerca de ¼ dos oficiais de justiça têm mais de 60 anos.

Durante os próximos 7 anos cerca de 1/3 dos oficiais de justiça atingirá a idade de aposentação do regime geral.

Na Região existem cerca de 160 oficiais de justiça, um número insuficiente face às necessidades.

Na Comarca da Madeira os setores mais carenciados de meios humanos são o Juízo do Trabalho do Funchal, Juízo de Família e Menores do Funchal, e o Ministério Público.

Segundo dados divulgados pelo sindicato seria necessário garantir a contratação de mais 20 a 30 oficiais de justiça para assegurar o normal funcionamento dos tribunais.

Tendo em conta esta realidade, de forma a garantir o normal funcionamento dos tribunais e do Ministério Público na Região Autónoma da Madeira é necessário garantir um levantamento das necessidades de recursos humanos e posterior abertura de procedimento concursal extraordinário para a contratação de oficiais de justiça.